



EDUCAÇÃO PARA RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E SEUS DESDOBRAMENTOS HISTÓRICOS: OS DISCURSOS SOBRE OS NEGROS NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO BRASIL *NOSSA PATRIA*, DE ROCHA POMBO

Cristina Carla Sacramento¹
Laerthe de Moraes Abreu Junior²

RESUMO

Este trabalho toma como ponto de partida a Lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira nas instituições de ensino. Em seguida, volta-se para o início do século XX para entender como os negros eram tratados nos livros didáticos daquela época, um período em que se consolidou no país uma legislação para tais materiais escolares. No mesmo tempo, com o declínio das teorias raciais no Brasil, pretendia-se criar uma nação onde todos os brasileiros tivessem uma identidade comum. O objeto de investigação é o livro de História do Brasil *Nossa Patria: narração dos factos da História do Brasil, atraves da sua evolução com muitas gravuras explicativas*, de Rocha Pombo (1925), cuja publicação se fez muito forte na escolarização na primeira metade do século XX.

Palavras-chave: Negros; Livros Didáticos; Educação Étnico-Racial.

EDUCATION FOR ETHNIC-RACIAL RELATIONS AND ITS HISTORICAL DEVELOPMENTS: THE DISCOURSES ABOUT NEGROES IN THE TEXTBOOK OF HISTORY OF BRAZIL *NOSSA PATRIA*, BY ROCHA POMBO

ABSTRACT

This paper takes as its starting point the Law 10.639/03, which establishes the compulsory teaching of African and African-Brazilian history and culture in educational institutions. Then, it goes back to the early twentieth century to understand how Negroes were treated in textbooks from that time, a period when legislation for these school supplies was consolidated in the country. At the same time, with the decline of racial theories in Brazil, it was intended to create a nation where all Brazilians would have a common identity. The object of research is the book of History of Brazil *Nossa Patria: narração dos factos da História do Brasil, atraves da sua evolução com muitas gravuras explicativas*, by Rocha Pombo (1925), whose publication was strong in schooling in the first half of twentieth century.

Keywords: Negroes; Textbooks; Ethnic-Racial Education.

ÉDUCATION POUR LES RELATIONS ETHNIQUE ET RACIALE ET SES DEVELOPPEMENTS HISTORIQUES: LES DISCOURS SUR LES NOIRS DANS LE MANUEL DE HISTOIRE DU BRÉSIL *NOSSA PATRIA*, DE ROCHA POMBO.

RÉSUMÉ

¹ Mestre em Educação; Professora de Educação Básica; membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sócio-históricas em Educação (NEPSHE) da Universidade Federal de São João Del-Rei, com pesquisa voltada para os discursos sobre os negros em livros didáticos de História do Brasil. E-mail: <criss-tina@hotmail.com>.

² Doutor em Educação; Professor do Curso de Pedagogia, do Mestrado em Educação e pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sócio-históricas em Educação (NEPSHE) da Universidade Federal de São João Del-Rei. E-mail: <laerthejr@yahoo.com.br>.



Cet article prend comme point de départ la loi 10.639/03, laquelle établit comme obligatoire l'enseignement de l'histoire et de la culture africaine et afro-brésilienne dans les établissements scolaires. Dans la séquence, on se tourne au début du XXe siècle afin de comprendre comment les Noirs ont été traités dans les manuels de cette époque, une période dans laquelle une législation pour ces manuels a été consolidée. Au même temps, avec le déclin des théories raciales au Brésil, il y eut l'intention de créer une nation où tous les Brésiliens avaient une identité commune. L'objet de la recherche est le manuel de l'histoire du Brésil *Nossa Pátria: narração dos factos da História do Brasil, através da sua evolução com muitas gravuras explicativas*, de Rocha Pombo (1925), dont la publication a eu un fort impact dans l'enseignement dans la première moitié du XXe siècle.

Mots-clés: Noirs; Manuels scolaires; Education ethnique et raciale.

Introdução

Este trabalho propõe-se a investigar, em uma perspectiva histórica, as condições de produção – e reprodução – de um conjunto de saberes relacionados aos sujeitos negros no livro didático de História do Brasil *Nossa Pátria: narração dos factos da História do Brasil através da sua evolução com muitas gravuras explicativas*, de Rocha Pombo (1925), cuja publicação se deu na primeira metade do século XX.

O período selecionado abrange um momento em que houve mudanças socioeconômicas e culturais significativas no Brasil. De acordo com Munanga (2004), com o fim do regime escravista, a elite intelectual propôs-se o desafio de construir uma *nação* e uma *identidade nacional* brasileira. Isso implicava que os negros, antes força de trabalho, agora constituíam uma categoria de homens livres, que deveria ser incorporada à sociedade. Ainda segundo o autor,

[...] a pluralidade racial nascida do processo colonial representava, na cabeça dessa elite, uma ameaça e um grande obstáculo no caminho da construção de uma nação que se pensava branca, daí porque a raça tornou-se o eixo do grande debate nacional que se travava a partir do século XIX e que repercutiu até meados do século XX (MUNANGA, 2004, p. 54).

No entanto, ele afirma que, após a abolição da escravidão, esses intelectuais brasileiros, em grande parte influenciados pelas teorias racistas ocidentais, estavam convencidos da existência de diferença entre as raças e, particularmente, da inferioridade da raça negra. Mas, ainda assim, era necessário elaborar uma identidade étnica única para o país, o que levou à produção da figura do mestiço, que foi tratado ora como o elemento de transição para uma sociedade branca em que as diversidades raciais e culturais seriam

diluídas, ora como o fruto de cruzamento inter-racial que, tendo herança genética negra, seria responsável pela dificuldade em se constituir o povo brasileiro.

É importante ressaltar também que, nas primeiras décadas da República, os dirigentes estavam preocupados com a constituição de uma nação onde todos, pretensamente, estivessem incluídos. O processo de consolidação da República e dos embates das correntes que disputavam a hegemonia da condução da sociedade brasileira sofreram um forte impacto com a Revolução de 1930, período na história brasileira marcado por uma política intervencionista que visava a propiciar, ao Brasil, progresso urbano e industrial. A longa presença de Getúlio Vargas à frente do governo trouxe uma gama variada e heterogênea de iniciativas por toda a sociedade, cujas marcas também se fizeram notar no campo educacional, tais como o Decreto-Lei nº 1.006/1938, que estabeleceu as condições de produção, importação e utilização dos livros, além da instituição da *Comissão Nacional do Livro Didático* (CNLD), responsável, dentre outras funções, por examinar e julgar os livros publicados a fim de autorizar seu uso.

De acordo com Santos (2005), após a abolição, a educação formal era entendida como maneira de ascensão social para os negros, mas também era vista como um dispositivo de reprodução das desigualdades sociais. Neste sentido, a militância negra manifestou-se em prol de mudanças na educação, convencida de que o sistema educacional brasileiro viabilizava a reprodução do preconceito em relação aos negros através dos programas de ensino e de seus conteúdos escolares.

Suas constantes reivindicações, segundo o autor, culminaram na promulgação da Lei 10.639/2003. Esta alterou a Lei nº 9.394/96, que estabelecia as diretrizes e bases da educação nacional, para incorporar no currículo das instituições de Ensino Fundamental e Médio, oficiais e particulares, a “[...] História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil” (MEC/SECAD, 2006, p. 257).

Pode-se considerar que essa medida de ação afirmativa representa as expectativas de intelectuais e integrantes de movimentos sociais e movimentos negros, no que diz respeito à possibilidade de reelaboração do tratamento das questões étnico-raciais. Segundo Gomes (2011, p. 41), os integrantes desses movimentos

partilham da concepção de que a escola é uma das instituições sociais responsáveis pela construção de representações positivas dos afro-brasileiros e por uma educação que tenha o respeito à diversidade como parte de uma formação cidadã. Acreditam que a escola, sobretudo a pública, exerce papel fundamental na construção de uma educação para a diversidade.

O desafio da educação para a diversidade encontra-se, então, na necessidade de ampliar a discussão da questão étnico-racial e na formação e capacitação de professores, pois

A educação escolar deve ajudar professor e alunos a compreenderem que a diferença entre as pessoas, povos e nações é saudável e enriquecedora; que é preciso valorizá-la para garantir a democracia que, entre outros, significa respeito pelas pessoas e nações tais como são, com suas características próprias e individualizadoras; que buscar soluções e fazê-las vigorar é uma questão de direitos humanos e cidadania” (LOPES, 2005, p. 189).

Desta forma, o presente trabalho, partindo das conquistas da já mencionada Lei 10.639/2003, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino da História Africana e Afro-brasileira, volta-se para o passado a fim de compreender como eram apresentados os discursos sobre os negros nos livros didáticos publicados na primeira metade do século XX, quando ainda era recente a finalização do período escravista e a República ensaiava seus primeiros passos de consolidação. Foi escolhido o livro de História do Brasil *Nossa Patria: narração dos factos da História do Brasil atraves da sua evolução com muitas gravuras explicativas*, de Francisco José Rocha Pombo (1925), devido à sua presença recorrente nas referências de utilização escolar ao longo desse período.

Os livros didáticos e sua relação com a formação da nacionalidade brasileira

É possível considerar que os livros utilizados no período aqui abordado foram elaborados também para atender à demanda de um país que estava em expansão escolar, e que poderia utilizar o material didático para apresentar uma história *oficial* da nação, já pensada no Brasil desde a proclamação da República. Segundo Freitas & Biccas (2009), as

primeiras décadas do século XX foram marcadas pela expansão e difusão da educação pública através de reformas educacionais em diferentes estados do país.

A tentativa de promover o nacionalismo e/ou patriotismo não se limitava às intervenções realizadas diretamente no âmbito escolar, na sala de aula. Neste sentido, pretensamente imaginava-se que os livros didáticos auxiliariam no estabelecimento de valores e condutas desejáveis à sociedade, uma vez que as instituições de ensino eram consideradas espaços privilegiados para a construção de saberes e atitudes, e de difusão pela sociedade não escolarizada, principalmente na direção da educação dos pais sem escolaridade, pelos filhos que frequentavam as instituições de ensino. Por esta razão, considerou-se pertinente analisar quais eram os discursos produzidos sobre os negros neste material de uso pedagógico, na tentativa de compreender suas implicações na sociedade brasileira que, por mais de três séculos, valeu-se do trabalho dos negros em seu sistema de escravidão. É importante destacar que, para Freitag *et al* (1987, p. 4).

Poder-se-ia mesmo afirmar que o livro didático não tem uma história própria no Brasil. Sua história não passa de uma sequência de decretos, leis e medidas governamentais que se sucedem, a partir de 1930, de forma aparentemente desordenada, e sem a correção ou a crítica de outros setores da sociedade (partidos, sindicatos, associações de pais e mestres, associações de alunos, equipes científicas, etc.).

Embora o livro que será aqui examinado tenha sido publicado pela primeira vez no ano de 1917, ele continuou a ser editado mesmo após a instituição da Comissão Nacional do Livro Didático em 1938, a qual, a título de exemplo, deveria impedir a circulação de livros que induzissem ao pessimismo em relação ao destino da raça brasileira e incitassem o ódio contra raças e países estrangeiros. Isso permite afirmar que seu conteúdo era julgado apropriado para a educação da infância e juventude daquela época. Considerando as causas que impediam a publicação dos livros didáticos, foi possível perceber que, conforme ressalta Bómeny (1984), a função atribuída à referida Comissão priorizava mais o controle político-ideológico dos livros didáticos do que sua função enquanto material pedagógico (BOMÉNY, 1984, *apud* FREITAG *et al*, 1987).

Segundo Ribeiro Jr. (2007), o Estado sempre se preocupou com os livros didáticos adotados no Brasil, principalmente no século XIX, quando se começava a estruturar

um sistema de ensino público. O controle e a avaliação dos livros estavam sob a responsabilidade da Igreja Católica e do Estado, a fim de evitar a disseminação de “valores contrários à doutrina católica e à política imperial no Brasil [...]” e “tentar construir uma maneira semelhante de se pensar a nação, nesse caso, justificando a fé católica e a monarquia” (RIBEIRO JR., 2007, p. 53).

No século XX, instaurada a República como novo sistema de governo, a preocupação com os discursos veiculados nos livros permaneceu. Assim, instituiu-se, em 1938, o Decreto-Lei nº 1.006/1938 e, através dele, instaurou-se a Comissão Nacional do Livro Didático, que tinha por função avaliar os livros produzidos e proferir julgamento, autorizando ou embargando seu uso nas instituições de ensino brasileiras. O referido decreto também se ocupava em regulamentar “as condições de produção, importação e utilização do livro didático” no país. Importante ressaltar que os livros em questão são os compêndios, que tinham por finalidade apresentar as matérias a serem trabalhadas nas classes segundo os programas de ensino, e os livros de leitura (BRASIL, 1938).

Os livros que não obtivessem autorização do Ministério da Educação em todos os níveis de ensino poderiam ser vetados, e tal medida também se aplicaria àqueles editados pelos poderes públicos, que não tinham permissão para definir quais os livros a serem utilizados, ficando essa escolha a critério dos diretores das escolas primárias e dos professores das escolas normais, secundárias e profissionais.

Os discursos sobre os negros no livro didático *Nossa Pátria*

Estudos voltados para a presença e representação dos negros em livros didáticos brasileiros surgiram a partir da década de 1950. De acordo com Negrão (1987), eles tiveram início com o trabalho de Dante Moreira Leite, intitulado *Preconceito racial e patriotismo em seis livros didáticos*, seguido de autores como Waldemiro Bazzanella e Guy de Hollanda. O que ocorre é que nessa época, assim como nas subseqüentes (décadas de 1970 e 1980), os autores estavam interessados em identificar os preconceitos nos livros didáticos e denunciá-los, a fim de reivindicar a recuperação da história e cultura do povo africano no Brasil. Posteriormente, autores como Silva (1987), Triumpho (1987) e Pinto (1987) constataram que existia uma perspectiva nos livros didáticos que constantemente inferiorizava os negros em

relação aos brancos e, ao mesmo tempo, construía uma imagem estereotipada em relação aos mesmos. Como se pode perceber, os estudos citados voltaram-se, em sua maioria, para a relação existente entre os negros e a veiculação do preconceito.

Este trabalho, por sua vez, pauta-se na contribuição de Michel Foucault (1926-1984) no que se refere à análise do discurso, uma vez que esse método investigativo consiste em

[...] apreender o enunciado na estreiteza e na singularidade de seu acontecimento; de determinar suas condições de existência [...] de estabelecer suas correlações com os outros enunciados aos quais ele pode estar ligado. [...] Não se procura absolutamente, por baixo do que é manifesto, o falatório em surdina de um outro discurso (FOUCAULT, 2008, p. 93).

Neste sentido, procurou-se examinar o livro didático sob duas perspectivas, tanto no que diz respeito a sua finalidade quanto no que concerne aos discursos que veiculam. No primeiro caso, Bittencourt (2008, p. 30, grifo do autor) afirma que, no Brasil, elaborar um livro didático no início do século XIX era uma “tarefa patriótica, um gesto honroso, digno das altas personalidades da ‘nação’”, cuja função, contribuir para a prosperidade do país, poderia ser realizada por ordem superior ou voluntariamente. Por esta razão tinham preferência, nessa tarefa, os homens letrados que possuíam vínculos com instituições socialmente reconhecidas, tais como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Colégio Pedro II.

No entanto, a partir de meados do mesmo século, devido à escassez de obras produzidas e/ou traduzidas, esta função foi estendida também a professores e pessoas anônimas dispostas a desempenhá-la. O incentivo consistia na premiação desses novos autores com honrarias e dinheiro. Assim, a partir de 1870, o perfil desses autores começou a se modificar, uma vez que eles pertenciam a diferentes camadas sociais, ao contrário dos autores do início do século XIX, que apresentavam perfil mais homogêneo. Esses novos autores acumulavam experiências diversas e, em sua maioria, atuavam como professores de cursos primários e escolas normais, o que permitiu ampliar o público-alvo dos livros, que antes se limitava à elite nacional (BITTENCOURT, 2008).

Francisco José Rocha Pombo (1857-1933), autor do livro a ser examinado, foi, ao longo da vida, jornalista, professor, poeta e historiador. Fundou e dirigiu o 1º Periódico

Republicano da Cidade de Morretes em 1877, o jornal *O Povo*, no qual fez campanhas favoráveis à abolição da escravidão e à República. Foi eleito Deputado da Província pelo Segundo Distrito para um mandato de 1886 a 1887 e, em 1897, mudou-se para a Capital Federal, exercendo as profissões de jornalista e de professor. Ingressou, através de concurso público, no Colégio Pedro II, tendo lecionado também na Escola Normal e na Universidade do Povo. Também foi admitido em 1900 como sócio efetivo do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (LUCCHESI, 2008; SANTOS, 2009; VIANNA, 2009).

Conforme pode ser visto, Rocha Pombo transitava por instituições reconhecidas socialmente, o que lhe dava condições de elaborar e publicar livros didáticos que apresentassem a *história* do Brasil. Como aponta Foucault (2010), tal procedimento pode ser entendido como um mecanismo de exclusão, em que a elaboração do discurso restringe-se a pessoas autorizadas; ou seja, não era qualquer pessoa que poderia publicar um livro e, neste caso, a exigência era maior por se tratar da história que se queria produzir para o país.

Essa prioridade de autoria buscava, de certa forma, legitimar os discursos veiculados nos livros, o que permite refletir sobre a influência e abrangência de tais materiais que, muitas vezes, são utilizados sem maiores questionamentos. Isto se deve, segundo Silva (2005, p. 23), à “[...] importância que lhe é atribuída e do caráter de verdade que lhe é conferido”. Choppin (2000) compreende que os manuais escolares são *suportes de verdade*, e esta verdade constitui-se, segundo ele, como o conjunto de conhecimentos acumulados em dado momento, visto que os manuais são historicamente situados e, por esta razão, refletem sua época e o grupo social que os produziu.

No entanto, no que diz respeito à “verdade” em uma acepção ampla, Foucault (2011, p. 13) afirma que ela deve ser entendida como “[...] o conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder”. Com esta afirmação, o autor quer assegurar que verdade e poder são indissociáveis, não havendo a possibilidade de um existir sem o outro. E por esta razão existe, em toda sociedade, um regime de verdade mediante o qual são determinados os tipos de discursos que podem circular como verdadeiros, a partir de mecanismos, técnicas e estatutos próprios que têm por finalidade “[...] distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos” (FOUCAULT, 2011, p. 12).

Nesta perspectiva, é possível entender os livros didáticos como um dispositivo portador de discurso produzido com uma determinada finalidade, seja direcionar o comportamento do leitor, seja propagar um ideário político-cultural.

No segundo caso, que diz respeito ao discurso propriamente dito, a análise incidiu sobre a investigação de uma série de enunciados sobre os negros, de modo que se pautou na maneira como tais discursos foram produzidos nesses suportes didáticos.

Inicialmente, para identificar a forma como os intelectuais poderiam se referir aos negros no período abordado para essa pesquisa, recorreu-se a um dicionário da época a fim de melhor situar o significado desse enunciado e, posteriormente, estabelecer algumas relações com as análises aqui desenvolvidas a partir dos discursos nos livros didáticos. Na terceira edição do *Dicionário Prático Ilustrado* (1931, p. 780), a definição que se encontrava para negro era a seguinte:

Negro, *adj.* (lat. *niger*). Que pretence á raça ou ramo negro, preto. **Raça negra**, v. HOMEM. Preto, escuro: *as vestes negras dos sacerdotes*. Sombrio: *floresta negra*. Lutuoso, fúnebre. Tétrico, horrível: *história negra*. Infausto: *negro fado*. Maldito, réprobo. Odioso, execrável: *negra traição*. Sujo, não tratado: *tem sempre as unhas e os dentes negros*. Descrever com *negras côres o caracter de alguém*, representá-lo ruím, desprezível. *Ver tudo negro*, ser pessimista. *S. m.* Pessoa de raça negra; preto: *os negros de África*. Escravo negro. *Poét.* Escuridão, trevas: *o negro da noite*. *Trabalhar como um negro* ou *ser um negro de trabalho*, moirejar, trabalhar excessivamente. *Negro de fumo*, espécie de fuligem, produzida por resinas queimadas, e que serve para diversos usos nas artes. – O elemento negro povoa quasi toda a Africa, certas partes da Asia do Sul e da America, a Australia e a Melanesia. A população negra attinge pouco mais ou menos o número de 145 milhões de indivíduos, geralmente caracterizados pela côr da pelle mais ou menos escura e pelos cabellos e barba pretos e crespos. Nos negros o crâneo é dolichocéphalo, o rosto alongado, o nariz chato, os lábios grossos, etc [*sic*].

Dentre as definições apresentadas pelo dicionário em questão, chama atenção aquela que relaciona o substantivo *negro* à raça. Nota-se que esta concepção ainda vigorava na década de 1930 e estava profundamente vinculada às características físicas, já que o verbete descreve em detalhes a cor da pele, a textura do cabelo, o formato do nariz e a espessura dos lábios. E, como afirma que as pessoas dessa raça são os *pretos* do continente africano, procurou-se, também, mapear geograficamente onde os negros estavam localizados e quantificá-los.

É importante destacar que negro era também sinônimo de escravo, mesmo depois de 43 anos da abolição da escravatura, o que denota que a cor foi realmente um dos critérios decisivos para a escravização dos africanos. Para complementar, o trabalho também foi mencionado, sem ser necessariamente relacionado à escravidão, o que pode indicar que, apesar da abolição, ainda vigorava uma associação entre negros e trabalhos braçais. No que diz respeito à definição dos negros nos livros didáticos, os autores utilizaram enunciados que se relacionavam com a origem dos mesmos, com sua condição de escravos e com a percepção dos autores em relação a essa situação. Tais enunciados, de modo geral, eram variados, dependendo das circunstâncias a que se referiam, mas mantiveram como característica comum o fato de se remeterem aos negros como categoria à parte, como um grupo diferenciado, mas negativamente.

Segundo Lucchesi (2008), o livro *Nossa Patria: narração dos factos da História do Brasil, atraves da sua evolução com muitas gravuras explicativas*, destinado às classes primárias, teve sua primeira publicação no ano de 1917, tendo permanecido no catálogo da Cia. Melhoramentos de São Paulo até 1970. *Nossa Patria* foi adotado no ensino de vários estados brasileiros, contabilizando 88 edições e 452 mil exemplares impressos.

Neste livro, os negros são apresentados sob o título *Os africanos* (ROCHA POMBO, 1925, p. 31-33). É interessante destacar que o capítulo que consta no sumário da obra, destinado a tratar da apresentação dos africanos, não está presente no corpo do livro. Para abordar quem eram os africanos, o autor primeiramente declara que os índios “sempre foram muito livres e sem necessidade de trabalhar” e que, por esta razão, entraram em luta com os colonos que quiseram obrigá-los a servirem de mão de obra e saíram vitoriosos diante do desânimo daqueles, e do apoio do rei de Portugal e dos jesuítas. Pela impossibilidade de contar com a escravidão dos indígenas, os portugueses passaram a utilizar a população negra.

Rocha Pombo apresenta os negros como *gente da África*, considerados *selvagens* e que viviam em seu continente privados de liberdade, sob a tutela de reis que agiam com crueldade. O autor afirma que “Apenas os africanos não eram livres como os índios; tinham os seus reis, chamados sobas, que com elles eram muito crueis. Aquelles reis vendiam gente como si fosse gado. Sabendo disso, os nossos colonos mandavam lá comprar quantos queriam para os ajudarem nas plantações” [sic] (ROCHA POMBO, 1925, p.31).

Um primeiro aspecto observado na narrativa de Rocha Pombo foi a declaração de que os africanos não eram livres em seu continente de origem. Tal afirmativa pode apontar para o fato de que o autor tinha conhecimento da escravidão enquanto prática antiga, mas, ou não conhecia as condições em que ela se desenvolvia e apenas a mencionou, ou as omitiu. Foi possível, ainda, destacar uma aparente contradição entre o fato de o africano ser considerado um homem selvagem e, ao mesmo tempo, viver em uma sociedade governada por um rei. Exemplares neste sentido são as civilizações egípcias, que contaram com pelo menos vinte e uma dinastias negras antes do período conhecido como Era Cristã; o Império de Gana, governado por um soberano e por dignitários que o auxiliavam nas demandas de seus súditos; o Império do Mali; o Império de Songai; dentre outros (MUNANGA & GOMES, 2006).

Segundo Munanga (1988, p. 8),

quando os primeiros europeus desembarcaram na costa africana em meados do século XV, a organização política dos Estados africanos já tinha atingido um nível de aperfeiçoamento muito alto. As monarquias eram constituídas por um conselho popular no qual as diferentes camadas sociais eram representadas. A ordem social e moral equivalia à política.

Isso demonstra que, ao contrário da abordagem apresentada no livro didático em questão, o continente africano também mantinha formas peculiares de organização que contrastam com a selvageria citada. E, paradoxalmente, só o fato de Rocha Pombo citar que eles possuíam um rei permite inferir que o autor conhecia essa realidade, mas optou por não tratar da questão. Por outro lado, ao mesmo tempo em que o autor aponta a crueldade do rei em vender pessoas, ele ressalta o fato de os colonos comprarem os escravos para que estes ajudassem nas plantações. Rocha Pombo dá a entender que, ao serem comprados como escravos e irem para outro país, os africanos, de certa forma, seriam libertos da arbitrariedade de seus reis, uma vez que a África era apresentada como um lugar onde imperava a crueldade.

O autor, por outro lado, define os escravos como *muito espertos e obedientes*, quando retratou o trabalho desenvolvido por eles em prol do progresso do Brasil. Mais adiante, ao tratar do significado social da escravidão, apresenta a posse de escravos como uma das condições de pertencimento à categoria dos ricos. No capítulo XVI, intitulado *A vida nos sítios*, por exemplo, Rocha Pombo afirma que os homens ricos eram os senhores que

possuíam fazendas, engenhos e escravaria, ao passo que os pobres eram aquelas famílias que não possuíam escravos e se ocupavam da lavoura e criação de animais. Isto pode levar ao entendimento de que o trabalho árduo é um desígnio das classes inferiores.

Em relação às condições em que os africanos se encontravam na travessia para o Brasil e na sua chegada, Rocha Pombo afirma ainda que eles “Soffreram bastante saindo de lá do meio dos seus; e às vezes o sacrifício para elles era tão grande que chegavam a morrer de saudade” [sic] (1925, p. 32). Nestes enunciados, o autor parece reconhecer outra dimensão, diferente daquele cenário de selvageria descrito anteriormente, ao abordar os laços afetivos que eram rompidos e que influenciavam na vida dos africanos transportados para o Brasil.

Neste sentido, a fim de elucidar o que foi exposto até aqui, elaborou-se o quadro abaixo que, a partir dos enunciados utilizados pelo autor, demonstra como ele denominava os negros e os caracterizava:

Definição para os negros	Características apresentadas
Gente da África	Selvagem
Esta gente	... de muito bom coração
Africanos	Amigas das crianças
A raça	Trabalhadores, obedientes e muito espertos
Descendentes daqueles pobres escravos	Amoroso
Escravaria	Ladinos
Escravos / Escravas	Heroe, bravo e digno
Rapazes / Raparigas	Homens de talento e de coragem
Irmãos de raça e de sina	
Pobres creaturas	
Miseros	
Fugitivos / Negros fugidos	

Quadro I - Enunciados referentes aos negros no livro didático *Nossa Patria*

A partir do Quadro I, elaborado através da identificação e mapeamento dos enunciados utilizados pelo autor para definir ou caracterizar os negros, pode-se notar que a diversidade de tratamento soa por vezes contraditória, uma vez que o autor atribui, ao mesmo tempo, características negativas e positivas àqueles sujeitos. Os negros são apresentados como selvagens, fugitivos e miseráveis, mas, ao mesmo tempo, são caracterizados como amigos das crianças, amorosos e trabalhadores. Esta abordagem poderia fazer com que os leitores tivessem uma visão ambígua e até contraditória em

relação aos mesmos, tendo em vista o que afirma Rocha Pombo no momento de elaboração do livro.

É importante ressaltar que, segundo Lopes (2005, p. 188), “as pessoas não herdam, geneticamente, ideias de racismo, sentimentos de preconceito e modos de exercitar a discriminação, antes os desenvolvem com seus pares, na família, no trabalho, no grupo religioso, na escola”. Ou seja, se os sujeitos têm contato com grupos que compartilham uma visão estereotipada em relação aos grupos subordinados socialmente – neste caso, os negros –, essas imagens acabam se transformando em senso comum, ou seja, são naturalizadas pelas pessoas que irão reproduzi-las em suas relações diárias.

Munanga & Gomes (2006, p. 178) ainda mencionam que

Aprendemos, desde crianças, a olhar a diversidade humana [...] a partir das particularidades: diferentes formas de corpo, diferentes cores de pele, tipos de cabelo, formato de olho, etc. Contudo, como estamos imersos em relações de poder e de dominação política e cultural, nem sempre percebemos que aprendemos a ver as diferenças e as semelhanças de forma hierarquizada: perfeições e imperfeições, beleza e feiura, superioridade e inferioridade.

Isso demonstra a urgência de uma nova abordagem sobre os diversos grupos humanos, especialmente dos negros, para que todas as matrizes étnico-raciais que constituíram o Brasil sejam devidamente conhecidas e respeitadas.

Rocha Pombo destinou, em seu livro, um capítulo para cada uma das três raças ditas formadoras da nacionalidade brasileira, as quais foram abordadas em sequência: os índios, os negros e o europeu. O final do capítulo destinado aos europeus foi o primeiro e único momento em que o assunto da combinação de diferentes sujeitos foi abordado. Embora não tenha incluído em seu livro o enunciado *mestiço* no que diz respeito às características físicas ou possível branqueamento da população brasileira, Rocha Pombo mencionou um discurso que trouxe a figura de um brasileiro que herdaria características morais e/ou psicológicas dos três grupos formadores:

Vê-se, portanto, que a população do Brasil se formou dessas três raças que temos indicado: os índios, que já estavam aqui; os africanos, que vieram como escravos; e os europeus, que tomaram conta do país. Por isso, o brasileiro tem as qualidades mais notáveis dessas três raças: - é altivo, amoroso e inteligente [*sic*] ROCHA POMBO, 1925, p. 35).

Ao mencionar os grupos formadores da população brasileira, o autor definiu categoricamente quem eram eles e em que situações se encontravam no Brasil. Em seguida, ao ressaltar a contribuição de cada um, atribuiu aos negros a amabilidade do povo brasileiro. Já aos europeus destacou sua contribuição à população com a inteligência, além de sua maior importância, pois “tomaram conta do paiz”: ou seja, do negro só se pode esperar ações sentimentais e do branco a condição de dirigir aqueles outros que precisam de alguém para tomar conta deles. Com esta separação das características, o autor parece não estar de acordo com as teorias raciais que apregoavam que, num caso de mestiçagem, o fruto da relação herdaria não as melhores, mas as piores características de seus genitores.

Finalmente, ao mencionar a situação atual do país, Rocha Pombo afirmou que felizmente, a escravidão passou, e para sempre. Hoje, somos todos como irmãos”. (1925, p. 33). Com essa afirmação, o autor sugeriu que a Lei Áurea teria conseguido tornar os ex-escravos iguais a todos os brasileiros e favorecer uma convivência harmoniosa entre os mesmos.

Considerações finais

Remontar ao início do século XX para abordar uma questão discutida no presente alerta para a necessidade de se discutir continuamente aspectos da formação escolar pautada em discursos produzidos e reproduzidos ao longo do tempo. O reconhecimento de um autor e a utilização de sua obra em larga escala provavelmente influenciaram diversas gerações de brasileiros, uma vez que houve a permanência considerável de um discurso reconhecido como verdadeiro dentro de um campo do saber.

Neste sentido, se os discursos veiculados sobre os negros ao longo da história apresentavam homens selvagens, inferiores e sem cultura, é possível acreditar na mudança dessa visão estereotipada, se houver compromisso dos educadores e das autoridades do campo educacional, cultural e político em apresentar e discutir outras abordagens a respeito.

Embora as ações legais por si só não possam dar conta de modificar visões preconceituosas, é importante destacar que as desigualdades sofridas pelos negros no

Brasil, ao longo da história, foram desencadeadas em alguma medida pelos discursos negativos sobre os negros, não apenas nos espaços educativos.

No entanto, se considerarmos que as instituições escolares são os espaços privilegiados para a produção de saberes e práticas, é possível pensar que, em consonância com as políticas de ação afirmativa empreendidas pelo Estado, estabelecem-se em todos os níveis de ensino novas abordagens em relação à temática afro-brasileira.

Referências

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e saber escolar (1810-1910)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BRASIL. Câmara dos deputados. **DECRETO - LEI Nº 1.006, de 30 de Dezembro de 1938** – Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 21 nov. 2011.

CHOPPIN, Alain. Pasado y presente de los manuales escolares. In: BERRIO, Julio Ruiz (Ed.). **La cultura escolar de Europa: Tendencias históricas e emergentes**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2000, p. 107-166.

DICCIONÁRIO PRÁTICO ILLUSTRADO. Publicado sob a direcção de Jayme de Séguier. Porto: Lello, Limitada, 1931.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 20ª ed. São Paulo: Edições Loyola. 2010.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.

FREITAG, Bárbara et al. **O Estado da Arte do Livro Didático no Brasil**. Brasília: INEP, 1987. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obr_a=26108> Acesso em: 18 jan. 2013.

FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza. **História social da educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial: por um projeto educativo emancipatório. In: FONSECA, Marcus V. et al (Orgs). **Relações étnico-raciais e Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011, p. 39-59.

LOPES, Vera Neusa. Racismo, Preconceito e Discriminação. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. Ministério da Educação: SECAD, 2005, p. 185-204.

LUCCHESI, F. **Criando a Nação**: os livros didáticos de história do Brasil de Rocha Pombo (1857-1933). Educação on-Line (PUCRJ), v. 3, p.1-21, 2008. Disponível em: <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/rev_edu_online.php?strSecao=input0>. Acesso em: 29 mar. 2012.

MEC/SECAD. Lei 10.639/03. In: MEC/SECAD. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006, p. 257.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: Usos e sentidos. São Paulo: Ática, 1988.

_____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de Hoje**. São Paulo: Global, 2006.

NEGRÃO, Esmeralda Vailati. A discriminação racial em livros didáticos e infanto-juvenil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo: s.n, n.63, p. 86-87, nov. 1987.

PINTO, Regina Pahim. A representação do negro em livros didáticos de leitura. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo: s.n, n.63, p. 88-92, nov. 1987.

POMBO, Rocha. **Nossa Pátria**: narração dos factos da História do Brasil, através da sua evolução com muitas gravuras explicativas. 34ª Ed. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1925.

RIBEIRO JR., Carlos Halferd. **O sistema de ensino ginasial e livros didáticos**: Interpretações da Independência Brasileira de Joaquim Silva entre 1946 e 1961. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2007. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/poshistoria/halferd.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2012.

SANTOS, Ivan Norberto dos. **A historiografia amadora de Rocha Pombo**: embates e tensões na produção historiográfica brasileira da Primeira República. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obr_a=141713>. Acesso em: 10 jan. 2012.

SANTOS, Sales Augusto dos. A Lei nº. 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do movimento negro. In: **Educação anti-racista; caminhos abertos pela Lei Federal nº. 10.639/03**. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 21-35.

SILVA, Ana Célia da. Estereótipos e preconceitos em relação ao negro no livro de comunicação e expressão de 1º. grau - nível I - projeto de pesquisa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo: s.n, n.63, p. 96-98, nov. 1987.

_____. A Desconstrução da Discriminação no Livro Didático. In: MUNANGA, Kabengele (Org.) **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: MEC/BID/UNESCO, 2005, p. 21-37.

TRIUMPHO, Vera Regina Santos. O negro no livro didático e a prática dos agentes de pastoral-negros. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo: s.n, n.63, p. 93-95, nov. 1987.

VIANNA, Juliana Golin Xavier. **A produção didática de Rocha Pombo**: análise de *História da América e Nossa Pátria*. Monografia (Conclusão de curso). Curitiba: UFPA, 2009. Disponível em:
<http://www.historia.ufpr.br/monografias/2009/2_sem_2009/juliana_golin_xavier_vianna.pdf>. Acesso em: 15 set. 2012.

RECEBIDO EM 30 DE MAIO DE 2013.

APROVADO EM 02 DE AGOSTO DE 2013.